



# Ainda sobre os 80 anos do Serviço Social: direitos sociais em tempos de ruptura democrática\*

More About the 80th Anniversary of Social Services: social rights in times of democratic breakdown

BEATRIZ AUGUSTO DE PAIVA\*\*

JAIME HILLESHEIM\*\*\*



**RESUMO** – O artigo possui como feixe temático o processo contemporâneo que reedita o ciclo de ruptura da institucionalidade democrática no Brasil, desencadeado pelas forças reacionárias/conservadoras de agosto de 2016. Para as classes trabalhadoras estão em curso duras consequências da crise econômica mundial, combinadas com a disputa política decorrentes de uma governabilidade ilegítima: desemprego massivo, contenção salarial, perda de históricos direitos trabalhistas e garantias sociais recém-conquistadas, em suma, agravamento da pauperização no cenário histórico da superexploração e dependência. Com esses vetores de análise, o fio condutor da reflexão versa sobre as contradições que sobredeterminam os direitos sociais e as políticas sociais na periferia do capitalismo, atentando para as modulações dos direitos sociais no contexto da programática neodesenvolvimentista e de seu desmonte, bem como acerca dos dilemas contemporâneos do serviço social na intrincada conjuntura de afirmação/regressão dos direitos sociais.

**Palavras-chave** – Ruptura democrática. Direitos sociais. Serviço social.

**ABSTRACT** – This article focuses on the current process that is reshaping the cycle of democratic breakdown in Brazil, triggered by the reactionary/conservative forces of August 2016. The working classes are experiencing the harsh consequences of the global economic crisis combined with the political dispute arising from illegitimate governance: massive unemployment, wage restraint, loss of historic labor rights and recently gained social guarantees; in short, worsening poverty against a historic backdrop of overexploitation and dependency. Based on these vectors of analysis, this article reflects on the contradictions that govern social rights and social policy on the periphery of capitalism, centering on variations in social rights within neodevelopmentalist framework and its breakdown, as well as the contemporary dilemmas faced by social services in the complex affirmation/regression of social rights.

**Keywords** – Democratic Breakdown. Social Rights. Social Services.

---

\* Beatriz Paiva desenvolveu, entre 2013 e 2016, com apoio do CNPq (Pq e pós-doutorado), a pesquisa "*Política social no século XXI: lei do valor, excedente e superexploração do trabalho na América Latina*"; e Jaime Hillesheim elaborou sua tese de doutorado, junto ao PPGSS, com o tema "*Conciliação trabalhistas: ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores na periferia do capitalismo*", já em livro.

\*\* Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Professora do Curso de Graduação e de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Coordenadora do PPGSS, pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Política Social na América Latina "Veias Abertas", do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA/UFSC). CV: <http://lattes.cnpq.br/9459937162686375>. E-mail: [beatriz.paiva@ufsc.br](mailto:beatriz.paiva@ufsc.br).

\*\*\* Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Professor do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Chefe de Departamento, pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas: Trabalho, Questão Social e América Latina. CV: <http://lattes.cnpq.br/5960974102571301>. E-mail: [jaim.h@ufsc.br](mailto:jaim.h@ufsc.br).  
Submetido em: setembro/2016. Aprovado em: setembro/2016.

Esse artigo é produto de um diálogo enriquecedor do serviço social suscitado pelos debates que celebram a passagem do tempo na nossa profissão. É sempre um momento fecundo de balanço, de autocrítica e crítica, e de alinhamento de estratégias de organização e luta coletivas. Todavia, realizar a pauta comemorativa como nos é cara, em um debate rigoroso sobre a trajetória do Serviço Social nesses 80 anos de profissão, necessariamente nos remete ao contexto político-social do país, onde novos e velhos retrocessos se destacam e se avolumam.

O ano de 2016 é palco da reedição do nefasto golpe jurídico-midiático-parlamentar, que volta e meia varre qualquer esperança de que a democracia seja um destino para os latino-americanos. O Brasil encontra-se em meio a mais um ciclo de ruptura da institucionalidade democrática ainda com desfecho inaudito, mas para a classe trabalhadora as consequências da crise econômica mundial e da disputa política entre os setores *golpistas* e *golpeados* já estão em curso: desemprego massivo, contenção salarial, perda de históricos direitos trabalhistas e garantias sociais recém-conquistadas, em suma, agravamento da pauperização no cenário histórico da superexploração e dependência.

Com esses vetores de análise, o artigo em tela versa sobre alguns temas que diretamente têm integrado nosso programa de pesquisa comum, mas também investigações individuais às quais nos dedicamos ultimamente, cujo fio condutor é a reflexão sobre as contradições que sobredeterminam os direitos sociais e as políticas sociais na periferia do capitalismo. Sendo assim, iniciamos com o debate sobre as modulações dos direitos sociais no contexto da programática neodesenvolvimentista e de seu desmonte, de forma a estabelecer algumas problematizações acerca dos dilemas contemporâneos do Serviço Social na intrincada conjuntura de afirmação/regressão dos direitos sociais.

### **Direitos sociais e a ilusória conciliação de classes**

Ao nos debruçarmos sobre a realidade econômica e política brasileira do tempo presente, encontramos importantes referências para identificar as tendências dominantes que irão determinar o jogo de forças na política nacional e, ao mesmo tempo, vislumbrar como essas tendências poderão reverberar no interior do Serviço Social, entendendo que a profissão se faz no solo mesmo da história social.

Em pouco mais de uma década de ensaio, a política econômica autodenominada neodesenvolvimentista dos governos petistas conduziu a sociedade brasileira por um ciclo de transformações ao mesmo tempo rápidas e voláteis, que anunciaram processos muito difíceis para os trabalhadores sociais, trabalhadores e a população em geral. Esse é o argumento central de nosso artigo: analisar os *temerosos* movimentos que vivemos nos últimos períodos, inclusive atentando para a questão dos direitos sociais, porém a partir de um pêndulo histórico mais amplo. No contexto de um governo ilegítimo, esse movimento temerário se mostra ainda mais complexo, haja vista que reorientações políticas anunciadas confrontam até mesmo o ideário neodesenvolvimentista e recuperam fundamentos mais claramente alinhados ao jogo do mercado e aos interesses do grande capital. Ademais, dado que a conjuntura se modifica de forma abrupta e na medida em que corremos o risco de tomar as sutilezas do processo social e político sem o devido reconhecimento dos aspectos de ruptura e continuidade, pretendemos apresentar algumas ponderações e remissões históricas, razão pela qual iremos intercalar períodos distintos do processo político brasileiro, de forma que possamos problematizar as contradições para o Serviço Social, os direitos e as políticas sociais frente à luta de classes no atual contexto de ruptura democrática no País.

Nosso ponto de partida para a análise do processo histórico recente elege a discussão da programática neodesenvolvimentista *em suas teses e antíteses*, buscando o lugar dos direitos sociais nesse

contexto. Quanto ao programa neodesenvolvimentista, o enquadramento a partir das referências de Bresser-Pereira permite uma primeira aproximação, nos termos que Pfeifer (2013, p.11) analisa. Como ela expõe, esta se compõe de

receituário que promulga políticas micro e macroeconômicas de responsabilidade fiscal e cambial, crescimento com poupança interna e papel estratégico do Estado como indutor do desenvolvimento econômico, afirmando o terreno de sua proposição como uma alternativa ao Consenso de Washington e seu tripé centrado na taxa de juros elevada, taxa de câmbio sobreapreciada e Estado mínimo. Por outro lado, Bresser-Pereira apregoa que a introdução desta alternativa não pode prescindir da formulação de uma "estratégia nacional de desenvolvimento", sob **a direção de uma elite composta pelo empresariado industrial nacional e em coalizão com a burocracia estatal**. Tal estratégia precisa ser pactuada entre as classes sociais e ancorada no princípio nacionalista econômico advindo daquelas elites. Segundo o economista, a construção deste pacto daria início a uma nova nação na conjuntura nacional, ou seja, uma aglutinação político-cultural essencial para a fundação deste que chamo de *Pacto Neodesenvolvimentista*.

Em uma sociedade periférica e dependente, esse mal desenhado projeto social requeria o tal pacto transclassista entre a "elite do empresariado industrial nacional e em coalizão com a burocracia estatal" mais a classe trabalhadora. Pressupor que tal estratégia seria "pactuada entre as classes sociais e ancorada no princípio nacionalista econômico advindo daquelas elites" expressa, ao mesmo tempo, idealismo extemporâneo e profunda alienação histórica dos fundamentos do capitalismo dependente, sob hegemonia estadunidense. Hillesheim (2016) decifrou a mistificadora política de conciliação de classes que foi levada a cabo no Conselho de Desenvolvimento Econômica e Social, especialmente nos períodos dos governos Lula (2003-2009). Lá, durante anos, foram tecidas as propostas descabidas de desoneração fiscal do capital em prejuízo aos direitos dos trabalhadores, ao lado da pretensão de flexibilização da CLT, a generalização da terceirização e a da prevalência do negociado sobre o legislado, entre outros temas deletérios aos trabalhadores brasileiros. É verdade que não houve desdobramento das piores ideias durante os governos Lula da Silva e Rousseff, mas outras foram para a cena legislativa e, o que é mais grave, no que houve a frustração dessa pseudo-aliança entre capital e trabalho, foram lançadas as bases ideológicas da reação conservadora.

As diretrizes neodesenvolvimentistas para as políticas sociais jamais ultrapassaram o pujante financiamento dos setores empresariais nas áreas da saúde e educação, ampliando a transferência de recursos públicos para o setor privado de simulacro não-lucrativo, ou a obscena financeirização do orçamento federal e estadual pela destinação da maioria dos recursos públicos para os serviços da dívida pública. Essas diretrizes não enxergaram o horizonte da dependência, como reza a programática do Estado capitalista latino-americano. A impotência política e a fragilidade teórica que subjaz a esse projeto cobra seu preço rapidamente, e a tragédia se repete.

Em âmbito econômico, o modelo neodesenvolvimentista baseou-se no binômio investimento em infraestrutura e expansão do mercado de massa. Por sua vez, a ampliação do mercado consumidor no país ocorreu a partir da incorporação de novos consumidores, base do processo difundido como o surgimento de uma suposta nova classe média. Como ressalta Gonçalves (2012), a combinação entre o extraordinário crescimento real do salário-mínimo e da expansão dos gastos públicos sociais, por meio dos programas de transferência de renda especialmente, resultaram na fórmula aplicada. Ademais, ampliou-se o acesso ao crédito, que viabilizou o consumo popular e de setores da classe média, porém, por meio de processos crescentes de endividamentos. Essa estratégia, porém, encontrou um cenário de ligeira estabilização frente à crise global desse último período, sobretudo até 2010, com uma "evolução favorável da economia mundial, via afrouxamento da restrição das contas externas e das contas públicas, é o condicionante básico no período 2003-2008" (GONÇALVES, 2012, p.15).

Por outro lado, ainda que de maneira muito controvertida, ampliaram-se as ações no âmbito da proteção social, fato que é apontado por organismos internacionais como o grande motivo da superação das condições de pobreza no Brasil. As experiências aqui desenvolvidas passaram a ser referência para outros países<sup>1</sup>, devido a notórios índices sociais alcançados. A despeito desse reconhecimento internacional, internamente, as iniciativas dos governos petistas na área social, de certa maneira, foram e ainda têm sido motivo dos ataques das forças políticas de oposição aos governos petistas. Mas, não só. Essa rejeição à implementação de programas sociais que atendam as demandas dos mais pobres é visto também por parcelas da população como instrumento de “doutrinação” política, assistencialismo ou estratégia usada para “sequestrar” os pobres. Isso pode ser constatado numa simples busca na rede mundial de computadores, onde é possível identificar nos registros das redes sociais essa perspectiva. Vejamos algumas dessas manifestações:

*Nordestinos do c.... Estão com medo de perder o Bolsa-Família?<sup>2</sup>.*

*Só aqueles nordestinos malditos que votam na Dilma. Espero que nunca mais chova lá. Seca para sempre<sup>3</sup>.*

*Quem é o maior corrupto? O pobre, que vende voto em 24 prestações antecipadas. E o corruptor? Em primeiro lugar os pagadores de impostos. Em segundo lugar, o governo que compra os pobres com o que generosamente deixou sobrar para as bolsas-esmola da vida... E que se multipliquem os pobres, a gente aumenta impostos e tudo fica resolvido para manter os mesmos percentuais de eleitores corruptos, vendidos<sup>4</sup>.*

Na opinião do professor Marcos Fernandes G. da Silva (2015), economista e professor da Fundação Getúlio Vargas, “[...] na literatura recente de economia política do desenvolvimento [...]” resta evidente “[...] que a ‘raiva de pobre’ é um sintoma de subdesenvolvimento no nível das mentalidades e da visão de mundo”. Numa outra chave analítica, pensamos que se trata da explicitação dos conflitos de classe em face dos efeitos de mais uma crise cíclica econômica mundial, aliada aos efeitos da crise estrutural do capitalismo que, aqui, já fizemos referência, nos termos desenvolvidos por Mészáros (2011).

Vimos estudando, por outros observatórios, como a política social dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) operou contraditoriamente os mais poderosos mecanismos de *anestesiamento* do conflito social e da contenção do necessário, imprescindível mesmo, processo de politização das massas, que deveria ter sido dinamizado desde uma ação coordenada em favor do protagonismo popular (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010; 2014). Na agenda *neodesenvolvimentista*, hegemônica pelo mistificador propósito da *conciliação de classes*, a política social foi restringida a mecanismo focal de minimização dos piores efeitos da pauperização, por meio de medidas de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa-Família (PBF) e também do Benefício de Prestação Continuada (BPC), ambos integrantes da Política de Assistência Social. Esses direitos socioassistenciais são compósitos do processo de superexploração da força de trabalho, que cumprem um papel coadjuvante aos demais mecanismos de remuneração do trabalho, seja pelo salário formal abaixo de seu valor, seja pela remuneração decorrente do trabalho informal, ambas dominantes no contexto do capitalismo dependente. Tais formas de exploração do trabalho estão organicamente vinculadas à condição estrutural da superexploração, cuja dimensão atinge um universo que vai de 50% até 80% da população economicamente ativa, a depender do país. Portanto, a contradição entre a bem-vinda e urgente expansão de benefícios socioassistenciais de transferência de renda e seus limites é real, e é referida fundamentalmente a esse traço, ou seja, a Assistência Social é estratégica para a sobrevivência dos trabalhadores superexplorados, seja para completar o salário abaixo do seu valor real – por meio da transferência de renda – seja para garantir a renda na velhice e invalidez, quando os indivíduos não puderem acessar a Previdência Social pela ausência de vínculo contributivo (ainda que indiretamente sempre contribuam), que acaba por ser restrito à metade da força de trabalho.

Em termos da potência subjetiva da Assistência Social – aquela que traduz a direção político-ideológica – houve a elaboração e implantação de um conjunto de metodologias institucionais, com nítido

e contraditório potencial subalternizador, que abria para a indução de medidas de vigilância e controle sobre os indivíduos (especialmente os que acessavam o PBF), sustentadas na visão retrógrada, mas com forte disseminação no senso comum de que as problemáticas sociais são chagas particulares decorrentes das condutas individuais e (des)estrutura familiar. A síntese deste modelo é um arranjo pulverizado de ações emergenciais, que nem de longe se propõem à transformação, sequer imediata, das condições de vida da população. Ademais, tal projeto de política pública de Assistência Social jamais se mostrou pujante e decisivo na garantia das necessidades sociais em escala de massas.

Os arranjos de gestão intergovernamental (com municípios e estados descomprometidos), os programas compartilhados (como o *Minha Casa Minha Vida*) e as privatizações, camufladas em fundos de pensão públicos, organizações sociais e empresas estatais, dispersaram investimentos e articulações políticas, em detrimento de uma ação política de fortalecimento da agenda dos movimentos sociais, com protagonismo popular matricializando as decisões. Essa estrutura de direitos sociais e o desenho das políticas sociais radicalmente populares não ocorreriam num contexto de crise econômica e política, como a do segundo mandato de Dilma Rousseff, mas seria absolutamente possível e necessária nos anos de pujança econômica dos mandados de Lula da Silva. Restaram medidas impotentes do ponto de vista político, acanhadas para contrarrestar a ascensão conservadora, vez que partiam da exclusiva pactuação com governos de oposição, de cariz antipopular e antidemocrático, que alinhavam interesses pontuais com o governo federal, mas somente para proveito próprio. Sendo assim, os interlocutores privilegiados dos governos do PT no desenho das políticas sociais não foram a população e os movimentos sociais, mas sim, majoritariamente, os conservadores governos estaduais e municipais e os setores privados lucrativos e/ou filantrópicos.

Ali, a renúncia a um processo arrojado de radicalização democrática em termos dos direitos sociais cancelou as alternativas de ampliação e consolidação de políticas públicas capazes de distribuir/universalizar renda, moradia, terra, trabalho e poder no país. Na mesma (des)orientação, houve a dispersão de volumosos e valiosos recursos públicos sem fornecer respostas concretas ao histórico desfinanciamento da seguridade social. Ao contrário, medidas de contrarreforma da Previdência Social foram impostas coercitivamente – valendo-se da maioria no Congresso, produto da coalização com os partidos de direita –, sendo o exemplo mais cabal dos inesquecíveis e indefensáveis constrangimentos dos direitos dos trabalhadores, em anuência ao pseudo-pacto que nunca existiu.

### **Alguns lineamentos históricos da ofensiva conservadora**

Um recuo na história nos permite erguer os elementos explicativos acerca do derretimento da política de conciliação de classes, que desembocou no golpe de agosto de 2016.

Roberto Leher relembra – com base em Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini e Mírian Limoeiro – que na América Latina dos anos 1950/1960 a incorporação do desenvolvimento como conceito/ideologia funcionou como interdição da perspectiva anti-capitalista, seja na crítica teórica seja na política. Para esses autores, aduz Leher (2012, p.11), a disseminação da ideologia desenvolvimentista "expressava os interesses imperialistas dirigidos pelos Estados Unidos, entre os quais a contenção do (suposto) comunismo das lutas anticoloniais e anti-imperialistas". Em pouco tempo, porém, as ditaduras moldadas também em associação ao núcleo imperialista passam a substituir essa estratégia dialógica/consensual, pondo em ação a aberta e violenta coerção estatal. O desenvolvimento, então, passa por profundo remodelamento.

Naquela quadra histórica (segunda metade do Século XX), a possibilidade de desenvolvimento autônomo das nações latino-americanas, por meio do fortalecimento da indústria nacional, logo se revelou inaceitável para os interesses do capital monopolista/internacional, exigindo a recomposição de novo plano. Nesse sentido, as engrenagens político-econômicas, necessárias à maturação do capitalismo dependente no estágio imperialista ou neocolonialista, são acionadas pela via *autocrática* como continuidade da estratégia de dominação associada entre a burguesia local e as dos países centrais. O

caráter abertamente autoritário do processo de consolidação do padrão monopolista do capitalismo dependente na América Latina tem como antípoda a Revolução Cubana, solitária de um lado, e do outro ergue-se um amplo sistema de dominação fortificado nas ditaduras civis-militares, por quase todo o continente.

Tomando por base a realidade brasileira, Florestan Fernandes (2006) demonstra como as décadas de autocracia burguesa nos países latino-americanos responderam à dinâmica impositiva de consolidação do capitalismo monopolista nas periferias, na etapa de imperialismo total exercido pelos Estados Unidos por sobre os países do *seu* sul. Para tanto, foram adotadas ações políticas de classe profundamente reacionárias, próprias da essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a adoção de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe. Nesses termos, elucida:

Não estamos na era das burguesias conquistadoras. Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas possuem interesses e orientações que vão noutra direção. Elas querem: manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado se deteriore. Semelhante reciprocidade de interesses e de orientações faz com que o caráter político do capitalismo dependente tenha duas faces, na verdade interdependentes (FERNANDES, 2006, p. 343).

Sabemos, e nos relembra Fernandes, que o imperialismo total é inerente ao capitalismo monopolista. Assim, a dinâmica do capitalismo dependente e periférico, sob esse imperialismo total, que se consolidou no pós-guerra, mas que se fortaleceu ainda mais nas últimas décadas do Século XX, exigiu a plena associação entre os setores burgueses nacionais e internacionais, cujo desenlace conduziu aos processos autocráticos de dominação que aterrorizou a América Latina naquele período. Nesse processo repousa a interdependência entre desenvolvimento econômico e sua face lunar, o recrudescimento das perdas da classe trabalhadora.

Por essa razão, as duas faces do caráter político do capitalismo dependente – a modernizadora e a reacionária – impõem que as burguesias nacionais das nações latino-americanas se convertam em “autênticas *‘fronteiras internas’* e em verdadeiras *‘vanguardas políticas’* do mundo capitalista” (FERNANDES, 2006, p. 342). É essa característica que revelou a recente faceta golpista de amplos setores da burguesia, encastelados nos partidos tradicionais (PMDB, PSDB, PP, DEN e outros), em setores do poder judiciário e na mídia empresarial, reeditando seu cariz autocrático em pleno Sec. XXI.

A dualidade de um projeto de desenvolvimento capitalista numa sociedade periférica e dependente, sob regimes autocráticos, é explicado também por Ruy Mauro Marini, quando expõe a seguinte contradição, referida ao período dos anos 1960/1970, e que hoje ganha extrema atualidade:

A integração imperialista coloca em relevo, pois, a tendência do capitalismo industrial brasileiro que o torna incapaz de criar mercados na proporção de seu desenvolvimento e, mais ainda, impulsiona-o a restringir tais mercados em termos relativos. Trata-se de uma agudização da lei geral da acumulação capitalista, isto é, da absolutização da tendência ao pauperismo, que leva ao estrangulamento da própria capacidade produtiva do sistema. [...]. O andamento dessa contradição fundamental do capitalismo brasileiro o leva à mais completa irracionalidade, isto é, à expansão da produção restringindo cada vez mais a possibilidade de criar, para ela, um mercado nacional, comprimindo os níveis internos de consumo e aumentando constantemente o exército industrial de reserva (MARINI, 2012, p. 156).

Com traços certamente distintos, os governos do PT vislumbraram, na conjuntura da primeira década do Séc. XXI, uma dinâmica propícia para reedição da ideologia do desenvolvimento, sem a

necessária avaliação dos seus limites históricos, já sofridos em tempos relativamente recentes. A atual dinâmica inflacionária, com aumento exponencial de juros e a redução do ritmo da produção econômica pode elevar, em pouco tempo, as taxas de desemprego a índices dos anos 1990.

Se houve o desmonte dos grandes projetos de investimento nas áreas de petróleo e demais obras de infraestrutura energética, pela espetacularização do combate à corrupção com as operações do Ministério Público e Polícia Federal, com setores do poder Judiciário, pode-se reconhecer que mais uma vez a dinâmica da acumulação capitalista no Brasil e no mundo entra em rota de agudização, isto é, expande-se o pauperismo, com estrangulamento da própria capacidade produtiva do sistema, numa ação organizada do capital por sobre a riqueza dos trabalhadores, via maior de expropriação do excedente e intensificação da superexploração, como nos mostra Marini (2012).

O século é outro, mas as relativas garantias democráticas permaneceram mutiladas em sua dimensão social, hoje em xeque inclusive no seu simulacro formal. Elas têm coexistido com um gritante grau de desigualdade social que sempre deixa em alta a tensão política. Esta tensão é percebida no cotidiano pela perenização de processos de violência ainda endêmicos, sobretudo contra a juventude pobre das periferias das cidades, contra as populações camponesas e indígenas e os movimentos populares. Democracia de baixa intensidade, conflitos sociais explosivos, sobretudo em decorrência da luta pela terra e moradia.

Qual a agenda da teleologia neodesenvolvimentista dos Governos do PT e seus impactos reais no problema da concentração de renda, do endividamento do Estado e da propriedade da terra, sabidamente aspectos mais agudos das contradições que o capitalismo dependente e periférico engendraram? Tais demandas não entraram na pauta do debate público com as massas, seja porque sofreram um congelamento induzido pela mídia, seja pela interdição dos partidos conservadores da base aliada, mas o fundamental é que sofreram um encapsulamento no interior do governo, capturadas muitas vezes por vaidades, disputas intraburocráticas e ranços corporativos.

Entre as décadas de ditadura civil-militar, pós-golpe autocrático-burguês (FERNANDES, 2006) e o período neodesenvolvimentista dos governos do PT, passamos pelos longos anos da reorientação conservadora dos governos de centro-direita, onde destacam-se os dois mandatos do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), que serviram de empenhados tradutores da programática conhecida por neoliberalismo. O período foi marcado pelos processos de contenção e/ou supressão de direitos sociais e pelas estratégias de enfraquecimento das organizações dos trabalhadores. Tratava-se de levar a cabo as reformas previdenciárias e trabalhistas pretendidas. Além dos ataques a esses direitos pela sua desconstitucionalização, no final dos anos de 1990 e início dos anos de 2000 – na era Fernando Henrique Cardoso (FHC), portanto – os trabalhadores tiveram que suportar inúmeras iniciativas legislativas que, “a conta gotas” foram desregulamentando e flexibilizando as relações de trabalho e destruindo importantes conquistas, especialmente, como é de praxe, no âmbito da Previdência Social.

A redenção neoconservadora levada a termo nos anos 1980/1990, em resposta a outro grave ciclo de crise sistêmica, produziu os conhecidos efeitos desastrosos de desemprego, dilaceramento dos direitos sociais recém-conquistados, dilapidação do patrimônio público e das riquezas minerais, sistema bancário em colapso (devidamente socorrido com recursos públicos), desmonte da indústria nacional, etc. Tais efeitos nefastos para a economia nacional e para a classe trabalhadora não foram eclipsados pelas promessas de ajuste fiscal.

Ao contrário, a socialização dos custos do ajuste estava depositada, como sempre, nas costas do trabalhador, apoiada em discurso ameaçador, com efeitos sociais cada vez mais graves. O contexto de agravamento da pauperização, como Leher (2012) relembra, gerou efeitos políticos de grande magnitude. Em virtude dessa crise – na qual estávamos no epicentro – o antagonismo popular ganhou uma dimensão inesperada na América Latina, “transtornada pelo formidável processo de destituição de quinze presidentes neoliberais” (LEHER, 2012, p. 13). São eles: *Fernando Collor de Mello*, Brasil (1992); *Jorge Serrano Elias*, Guatemala (1993); *Carlos Andrés Perez*, Venezuela (1993); *Abdalá Bucarâm*, Equador (1997); *Raúl Cubas*, Paraguai (1999); *Jamil Muhad*, Equador (2000); *Alberto Fugimori*, Peru (2000); *Fernando de*

*la Rua, Ramón Puerta, Adolfo Rodríguez Saá, Eduardo Camaño, Argentina (2001); Gonzalo Sánchez de Lozada, Bolívia (2003); Carlos Mesa, Bolívia (2005); Lucio Gutiérrez, Equador (2005).*

Não obstante esse período de turbulência e de crise do projeto neoliberal, com as posteriores ascensões de governos democráticos em muitos países – desde a Venezuela, com Chávez, a Bolívia, com Morález, Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil, Argentina com os Kirchner, Equador com Correa, dentre outros – o que se pode aludir hoje, decorridos os primeiros 15 anos de governos de coalização de centro-esquerda, são incongruências bastante similares entre o atual projeto de neodesenvolvimento, empreendido pelos governos do PT, e o fracasso desenvolvimentista anteriormente experimentado. Leher (2012, p. 15) ratifica que

Com efeito, as relexicalizações e as ressignificações nas políticas sociais empreendidas pelos governos do PT obedecem à gramática básica que estrutura as proposições dos organismos internacionais e dos principais centros de pensamento de ordem liberal-burguesa. Eis parte do ardid dos setores dominantes: lograram manter inalterados a regressão dos direito do trabalho e o padrão de concentração de renda, mas, com as políticas focalizadas, puderam avançar na ‘redução da pobreza’. O que parecia impossível – enfrentar a pobreza sem transformar a base econômica – tornou-se uma ideologia com forte poder hegemônico.

Com a ascensão de forças políticas forjadas no interior do movimento sindical, havia expectativa de que os governos petistas rompessem com a política macroeconômica dos governos anteriores, o que acabou não acontecendo. As escolhas políticas feitas por esses governos já foram aqui apresentadas. Contudo, é preciso destacar que o PT – conforme se afirma em várias análises políticas – não mudou quando chegou ao poder, mas mudou para chegar ao poder. Ao mesmo tempo, substituiu as lutas das ruas pelos acordos no espaço do parlamento (HILLESHEIM, 2016). Isso, por certo, ampliou as possibilidades de rearticulação das forças políticas de oposição, que levaram à ofensiva do Golpe de agosto de 2016.

A análise dos governos petistas deve, pois, considerar as dinâmicas estruturais da realidade brasileira, quando o País foi inserido na nova ordem internacional sob o domínio do capital financeiro, já década de 1990, que reatualizou sua condição de economia periférica e dependente. Para Filgueiras (2013, p. 12), apesar de diferenciações com os governos precedentes, em virtude das condições objetivas também distintas, os governos petistas não conseguiram alterar o padrão de desenvolvimento do Brasil que “[...] continua preso ao mesmo padrão de desenvolvimento liberal-periférico que o define como um país dependente política, tecnológica e financeiramente”.

A ideologia neodesenvolvimentista dos governos do PT – percebida como falsa consciência ou consciência ingênua na melhor das hipóteses – que pretendia enfrentar a pobreza sem transformar a base econômica, como analisa Leher (2012), foi desmontada pela realidade. Se antes, na abundância dos investimentos e das exportações de *commodities*, desfrutava de relativo poder hegemônico, os tempos de crise mundial rapidamente trataram de derruir esse consenso ideológico, sobretudo pela reação desmedida da ofensiva conservadora antidemocrática que articulou as táticas golpistas no parlamento e governo, com liderança da mídia e seu apoio social inflado e de setores do poder judiciário.

Imbuídos dessa ideologia, os governos do PT praticaram, como já exposto, uma política econômica baseada em novos investimentos públicos, ao lado de medidas de expansão do mercado de massa, com foco no crescimento do consumo das famílias através de oferta de crédito e de renda subsidiadas, orientadas, em parte, pela política de recuperação do valor do salário mínimo e outros programas sociais, estratégia cujas bases programáticas estão demarcadas nos Planos Plurianuais desde 2004. Essa ideologia com resultados imediatos expressivos encontra em Gonçalves uma síntese precisa sobre o *imperativo da governabilidade*, como diz, visando à garantia da legitimidade do Estado e da estabilidade política:



Na primeira década do século XXI essa questão torna-se fundamental na região após duas décadas (1980-2000) marcadas por trajetórias de instabilidade e crise, inclusive, crises sistêmicas e institucionais e aumento da desigualdade. Vale destacar que a redução da desigualdade ocorre independentemente do modelo de cada país na primeira década do século XXI.

O segundo argumento é que grupos dirigentes, focados na *perpetuação no poder*, reconhecem o papel das políticas de redução da desigualdade em geral, e de combate à pobreza, em particular, nas disputas eleitorais. Gastos públicos sociais focalizados, transferências e benefícios específicos transformam-se em instrumentos eficazes de conquista de votos junto aos grupos sociais de menor renda. Ou seja, a política de distribuição de renda é funcional na luta pelo poder político (GONÇALVES, 2012, p.24).

Para além dos efeitos ideológicos demonstrados, a realidade da crise econômica e política, com o golpe de agosto de 2016, revelam que tais propostas configuraram um particular processo paradoxal, pois o arranjo econômico a partir do qual se desencadearam as medidas do programa Silva/Rousseff, onde foram estimuladas algumas medidas anticíclicas de crescimento econômico, tiveram fôlego curto, logo absorvidas pela dinâmica mundial restritiva de ajuste fiscal, pois sabe-se que esta associação linear envolve os limites e as contradições estruturais presentes na constituição de economias dependentes, dado que o desenvolvimento do norte global é um processo análogo e complementar ao subdesenvolvimento do sul global (FRANK, 1966).

Com isso, precisamos reconhecer que a política de distribuição de renda pode ser funcional na luta pelo poder político, mas na mesma medida é disfuncional para o capital, no contexto de acirramento da luta de classes, em geral, pela ofensiva do capital em busca da recomposição das taxas de lucro. É, pois, nesse contexto, marcado por alguns frágeis avanços e muitos retrocessos em relação aos direitos dos trabalhadores, que precisamos situar a reflexão do ser do Serviço Social no tempo presente.

### **Serviço social na intrincada conjuntura de afirmação/regressão dos direitos sociais**

Se quinze presidentes neoliberais tombaram pelo protesto social popular nos anos 1980/1990, com especificidades sociais e dinâmicas políticas próprias, a América Latina inicia o Séc. XXI vitimada pela reedição da estratégia de desestabilização em diferentes países. Nos últimos anos, somos palco mais uma vez de golpes urdidos desde a conhecida combinação entre os elementos endógenos dos esquemas reacionários e antidemocráticos dos poderes e grupos nacionais, sempre em articulação com os interesses internacionais, especialmente dos Estados Unidos, como é de conhecimento público, com a divulgação das informações de espionagem detectadas pelo site Wikileaks<sup>5</sup>. Nem todas alcançaram êxito, como o ensaio inicial na Venezuela, com o golpe contra o Presidente Hugo Chavez, em 2002, derrotado pela luta popular e amplo apoio das massas. Só que o aprendizado foi rápido, e desde lá destituíram de forma ilegítima cinco presidentes: *Jean-Bertrand Aristide*, Haiti (2004), que sofreu intervenção da ONU, sob liderança do Brasil, numa decisão trágica para nós e o povo haitiano; *Manuel Zelaya*, Honduras (2009); *Fernando Lugo*, Paraguai (2012); *Dilma Rousseff*, Brasil (2016).

Pôs-se em marcha uma reação política antidemocrática, articulada desde os grandes grupos da mídia<sup>6</sup>, em sintonia com setores do próprio Estado brasileiro, especialmente localizados nos altos estratos da burocracia jurídico-legal e, sobretudo, pelo parlamento. O Golpe de agosto de 2016 coloca em cena o mais trágico processo de ataque aos direitos sociais que as classes trabalhadoras possam suportar, desde a contínua desconstrução das garantias anunciadas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988). Fiquemos apenas em dois: primeiro, já foi anunciada a intenção de efetivar a desvinculação de benefícios previdenciários e socioassistenciais dos reajustes do salário mínimo, cujo impacto econômico afetará em pouco tempo e severamente a vida das famílias empobrecidas e também dos setores médios da classe trabalhadora. Essa medida altera e piora a composição do valor dos

benefícios, mas ela se tornará mais truculenta com a modificação das regras para se acessar esses direitos, seja com a ampliação da idade mínima para aposentadoria, seja nos critérios para o BPC, pensão por morte, auxílio-doença, seguro, aposentadoria por invalidez, entre outros direitos em decorrência. Segundo, a outra medida violenta e brutal será a retenção dos investimentos em saúde e educação, desvinculando-os das novas fontes decorrentes do petróleo extraído da bacia do pré-sal, que, ademais, o governo golpista ambiciona privatizar, ou seja, despojar mais uma vez a riqueza nacional em favor do capital internacional.

No âmbito da educação, por exemplo, ganha força a defesa de propostas ultrarreacionárias tais como “escola sem partido”, e a contrarreforma do Ensino Médio que reedita ideais típicos dos anos da ditadura Vargas (conhecida como Reforma Capanema), num claro viés tecnicista, distante de uma formação mais integral e crítica. Na área da saúde, por seu turno, são recuperadas propostas que liquidam o princípio da universalidade do acesso e outras que atendem os interesses privados de grupos econômicos nacionais e alienígenas. Os programas de transferência de renda estão também na mira do plano de ajustes do governo ilegítimo de Michel Temer, apesar de demagogicamente – ainda no exercício do governo interino – ter concedido um reajuste de 12,5% sobre os valores do PBF. De todo modo já sinalizou aos beneficiários que o PBF “não é para durar a vida inteira”<sup>7</sup>. Como “porta de saída” desses programas, são apontadas pelo novo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) iniciativas de “inclusão produtiva”, que indicam um nítido deslocamento da proteção social pautada numa ideia de direito de cidadania para uma perspectiva de acesso ao excedente econômico produzido pelos próprios trabalhadores pela lógica do desenvolvimento do trabalho – mal pago, informal e precário – como condição para aquele acesso.

O tempo não é de milagres, muito menos de calmarias na economia mundial. A crise capitalista, com seus ciclos cada vez mais encurtados e profundos, é fator decisivo para a atual ofensiva do capital em sua forma financeira, especialmente no estrangulamento das economias da Europa do sul. Em outro diapasão, mais ao sul ainda, no Oriente Médio/norte da África e na América Latina, a ofensiva do capital internacional oscila entre a agressão militar aberta, assassinatos, golpes, guerras, o genocídio<sup>8</sup> e as ameaças veladas e toda forma de desestabilização aos governos eleitos, cujos desalinhamentos aos ditames do Império, seja por questões abertas, como no caso da Venezuela, ou por temas latentes, como no caso do Brasil, têm produzido processos políticos abertamente antidemocráticos e ilegais.

Já se fala no novo plano Condor para América Latina, conforme alegou o presidente do Equador, Rafael Correa, frente às tentativas de desestabilização dos governos progressistas da região, onde “[as] ditaduras militares não são mais necessárias. Precisam de juízes submissos e de uma imprensa corrupta, que inclusive publica conversas privadas, o que é absolutamente ilegal”<sup>9</sup>.

Estamos, neste exato momento, vivendo um processo que, para as elites políticas e econômicas e parte importante da chamada “classe média” brasileira, significa a vontade de “passar o País a limpo” depois de estragos provocados por sucessivos governos petistas, definidos por essas mesmas elites e parte da “classe média” como “governos de esquerda”, “de base socialista e/ou comunista”, que priorizaram as demandas do trabalho em detrimento das do capital. Em virtude disso, teriam esses governos aniquilado o potencial de desenvolvimento econômico do Brasil, fazendo a economia retroceder a estágios vivenciados em décadas precedentes. Por meio de denúncias seletivas de corrupção e da assunção de uma postura político-partidária por parcelas do Judiciário e do Ministério Público, aliado ao poder de convencimento de uma mídia monopolizada, que atua como porta voz da burguesia nacional articulada à internacional, o governo Dilma Rousseff se viu diante de crescente impopularidade, até porque sofreu um massacre diário na mídia em geral, e na televisiva ainda maior. A política protecionista dos interesses do capital financeiro adotada desde sempre acabou por acelerar o processo cíclico de crise econômica que, embora tenha vinculação com a crise do capitalismo mundial, é alardeada pelas forças políticas mais conservadoras como resultado exclusivo das escolhas políticas realizadas pelos governos petistas. Tudo isso, somado a oportunistas interpretações jurídico-políticas difusas sobre possíveis irregularidades de gestão que, se sabe, foram forjadas mas suficientes para simular o alegado crime de responsabilidade, que

conferiu a pseudo-legalidade ao impedimento da Presidenta Rousseff, de modo que durante meses a nação brasileira assistiu e ouviu – com os mais variados sentimentos – as patéticas justificativas de deputados federais e de senadores sobre as razões de seus votos em favor do impedimento, em mimetismo aos demais processos forjados na região, como já mencionado. Os fundamentos jurídicos do impedimento são tão lassos, que até mesmo no âmbito internacional as razões do impedimento têm sido questionadas.

Enfim, imerso nessa dramática conformação política e econômica é que o Serviço Social brasileiro se torna *octogenário*. É bom lembrar, contudo, que essa conjuntura se processa desde uma base material, a partir de uma forma social e histórica que possui legalidades, causalidades determinadas por *pores teleológicos* orientados para produzir e reproduzir esta mesma forma social capitalista, numa rota de estreitamento das bases de consenso, no que recorrem ao autoritarismo, ainda que velado. Essa expressão da nossa presença na divisão sociotécnica do trabalho é saturada das determinações macropolíticas e econômico-sociais, que, por sua vez, são metabolizadas pela profissão de forma singular ao longo de sua trajetória histórica e em relação aos seus próprios *pores ético-políticos*.

A trajetória do serviço social brasileiro, nesses seus 80 anos, foi detidamente analisada pela literatura especializada no âmbito do exame crítico dos fundamentos da profissão<sup>10</sup>, produção que é expressão da mais vigorosa maturidade teórica pautada na matriz crítico-dialética. Trata-se um dos maiores e mais importantes legados da profissão, haja vista que lhe possibilitou reconhecimento não só no mundo acadêmico, mas também no próprio mercado de trabalho. Essa maturidade, no entanto, não foi alcançada isenta de contradições, que até hoje se coloca de forma mais aguda, às vezes. Embora a perspectiva calcada no arcabouço teórico-metodológico marxiano e marxista seja hegemônica no interior da profissão, não significa e nem poderia significar homogeneidade de pensamento.

Talvez hoje mais do que nunca, o Serviço Social tem sofrido importantes inflexões, decorrentes do avanço do conservadorismo de esquerda e do (neo)conservadorismo de direita (BRAZ, 2012), tanto no âmbito da formação como no do exercício profissional propriamente dito. Se acresce a essa ambiguidade, desafios de distintas ordens do ponto de vista político-profissional da reflexão teórico-metodológica, a serem por ela enfrentados em tempos recentes: de acirramento da luta de classes; da discriminação etnoracial; das tentativas reiteradas de destruição dos avanços em relação à igualdade de gênero e aos direitos das minorias sexuais; do atravessamento dos postulados religiosos alienadores; do uso irracional dos recursos naturais, entre inúmeras outras questões.

Importa registrar, mais uma vez, que o processo político vivenciado no Brasil nos anos de 1980 – período de maior vitalidade na formulação política e teórica da profissão – foi marcado pelo que se denomina “redemocratização conservadora”, caracterizada, mais uma vez, por uma “conciliação pelo alto”, cujo escopo foi o de defender os interesses da burguesia e frear o avanço político da classe trabalhadora. De acordo com Carlos Nelson Coutinho (1992), esse processo de superação do período ditatorial acabou caracterizando-se como uma “transição fraca”. Segundo o autor, havia um “[...] risco contido nessa forma de transição relativamente ‘negociada’. Nela se verifica sempre [...] a combinação de processos ‘pelo alto’ e de processos provenientes ‘de baixo’; e, decerto, é o predomínio de uns ou de outros o que determina o resultado final”. O que se verificou naquele período de transição, portanto, foi o predomínio das forças conservadoras, implicando “[...] certamente uma ruptura com a ditadura implantada em 1964, mas não com os traços autoritários e excludentes que caracterizam aquele modo tradicional de se fazer política no Brasil” (COUTINHO, 1992, p. 52-53). Não obstante, podemos constatar que os avanços de natureza política e teórica do Serviço Social nesse período não alcançaram a plena ruptura com seu legado conservador, conforme José Paulo Netto (1991) analisou. Aquela transição lenta e gradual do regime militar para o democrático pode ser percebida como um fator decisivo para a reprodução do caráter perene do conservadorismo e da ideologia burguesa, enraizados como senso comum, operando exatamente como um obstáculo ao processo de mudanças mais profundas na dinâmica da vida política brasileira, fazendo prosperar, como sempre na história, a conciliação de interesses de classes. Isso, por certo, criou constrangimentos ao projeto profissional, que ganhava contornos bastante diferenciados do que se verificou ao longo do desenvolvimento da profissão no contexto nacional até então.

De todo modo, merece destaque, aqui, o fato de que o Serviço Social brasileiro sofreu a influência de processos econômico-políticos que articulavam o velho e o novo, nos quais a modernização que se vislumbrava implicava a preservação de relações arcaicas, por dentro dos novos padrões capitalistas que internamente eram pretendidos.

Há que se destacar que, em virtude dos processos de municipalização e descentralização das políticas sociais, que ganharam concretude no contexto paradoxal da regulamentação dos direitos sociais advindos das conquistas da CRFB de 1988, numa expansão contida das políticas sociais sob o signo da restrição orçamentária e ajuste fiscal neoliberal, ampliou-se significativamente o mercado de trabalho profissional, ainda que em patamares de precariedade crônica. Na contramão das urgentes e amplas necessidades sociais da população, esse arranjo neófito e tímido das políticas sociais passou a exigir dos profissionais um conhecimento burocrático, de natureza puramente instrumental, abertamente reificador da técnica, cujo alcance se limita à epiderme do real, com impacto opressor no espaço de formação profissional incontestado. Observamos, aí, também, o avanço do neoconservadorismo no interior do Serviço Social e a recusa às chamadas teorias sociais, assentadas numa visão de totalidade para apreender a gênese e desenvolvimento da sociedade de classes. O que se verifica é que os avanços importantes alcançados pelo Serviço Social, em termos da apreensão da perspectiva teórico-metodológica baseada na ontologia do ser social, já passam a sofrer uma inflexão tanto no espaço da formação como no da intervenção propriamente dita. Isso, por certo, está relacionado com um movimento bem mais amplo do que os processos endógenos ao Serviço Social, haja vista que se verifica esse avanço do pensamento (neo)conservador na sociedade como um todo.

Merece relevo também o fato de que, especialmente a partir dos anos de 1990, se constata um afastamento do Serviço Social em relação aos movimentos sociais mais críticos, em particular daqueles que abertamente pautam suas ações em perspectivas anticapitalistas ou socialistas e comunistas. Esse afastamento é simultaneamente escolha nossa, mas produto de crise dos próprios movimentos sociais, que afetou a esquerda no mundo todo com o colapso dos regimes socialistas na Europa/Ásia. Esse afastamento não é tão evidente em relação aos movimentos mais voltados para a defesa de direitos de cidadania e com pautas que obscurecem a dimensão de classe, ainda que se tratem, sim, de demandas da classe trabalhadora. Esse distanciamento do Serviço Social em muito foi influenciado pelos processos ideológicos inerentes às propostas de participação institucionalizada, traduzidas nos espaços de controle social e criados na intersecção entre Estado e sociedade civil. A sociedade civil foi, nesta direção, transformada num *lócus* de cooperação e gerenciamento de crises, esvaziando aquele conteúdo político que lhe é próprio, conforme os ensinamentos gramscianos. Em síntese, a sociedade civil, reduzida a um conglomerado de micro-espacos e atores difusos, se coaduna com as estratégias instrumentalizadoras de adequações harmonizadoras de adesão à ordem capitalista. De acordo com as análises de Wood (2003), essas perspectivas reduzem o conceito de sociedade civil e mascaram ou encobrem as formas de dominação presentes na sociedade regida pelo capital.

A defesa de direitos no tempo presente, contudo, tem exigido dos profissionais uma competência teórico-metodológica capaz de se apropriar dos contraditórios movimentos da realidade social, de maneira a direcionar ou orientar suas ações considerando as particularidades da sociedade brasileira e das instituições onde se inserem. Essa exigência (de conhecer a realidade social) se apresenta, portanto, como um desafio que se coloca concomitante ao da luta por direitos. Sem respondê-lo, facilmente os Assistentes Sociais poderão ser seduzidos pelas artimanhas do pensamento conservador que, pela via do mercado de trabalho, apresenta demandas que, como sabemos, escondem necessidades sociais (MOTA; AMARAL, 1998) e que, por isso, precisam e devem ser problematizadas com vistas a desconstruir sua processualidade histórica. Nessa medida, é oportuno lembrar a passagem de Mézáros (1993) sobre a necessidade da luta por direitos, no contexto da forma social capitalista. Segundo ele:

Sob as condições da sociedade capitalista, o apelo aos direitos humanos envolve a rejeição dos interesses particulares e a defesa da liberdade pessoal e da auto-realização individual, em oposição às forças de desumanização e de reificação ou de dominação material crescentemente mais destrutivas; [...] enquanto estivermos onde estamos, e enquanto o 'livre desenvolvimento das individualidades' estiver tão distante de nós como está, a realização dos direitos humanos é e permanece uma questão de alta relevância para todos os socialistas (MÉSZÁROS, 1993, p.216-217).

Entendemos que o ponto de ebulição para pensar o Serviço Social hoje implica considerar a sua histórica e contraditória, agora sabemos, vinculação com as lutas pela criação, ampliação e defesa de direitos civis, políticos, sociais e econômicos, ainda que essas lutas, ao longo da trajetória da profissão, nem sempre tenham sido situadas no contexto das lutas contra o capitalismo e tendo como horizonte a construção de uma sociedade emancipada. O Serviço Social que temos é, portanto, síntese de um processo permeado por avanços, resistências e retrocessos.

Se a profissão oscila nas franjas da dialética do enfrentamento entre as classes sociais não é por ausência de solidez teórica-metodológica, mas pelas imensas e complexas contradições que atravessam o cotidiano de luta e de trabalho nos espaços profissionais. Deve ser assim mesmo: esse vínculo nos conecta com as lutas das classes trabalhadoras pelos seus direitos, muito para além do vínculo induzido pela simbiose entre a profissão e o Estado, propiciada pela estreita articulação do Serviço Social com as políticas sociais, que afinal é o nosso espaço de trabalho. O caráter burguês e autoritário exposto pelo Estado brasileiro nessa conjuntura, desde o golpe para adiante, servirá como observatório mais nítido dos nossos equívocos idealistas, das nossas ingênuas crenças, sobretudo, exigirá autocrítica sobre nossas ilusões neodesenvolvimentistas, a face lunar do renitente burocratismo no Serviço Social.

### **Considerações finais**

Do ponto de vista das forças políticas de esquerda, os governos petistas adotaram uma política de conciliação de interesses de classes, salvaguardaram os interesses do capital financeiro de maneira implacável e em nada alteraram o poder da grande mídia nacional, tudo com vistas a conquistar a governabilidade de uma frágil democracia. De acordo com essas mesmas forças políticas, os governos petistas de fato se diferenciaram dos governos precedentes em relação à implementação de um conjunto de programas sociais, que foram operacionalizados muito em razão de um curto lapso de crescimento econômico, pautado no estímulo ao mercado de consumo interno e no aumento do crédito. Desse ponto de vista, houve a manutenção de postulados da política macroeconômica adotada pelos governos anteriores, extremamente desfavoráveis aos interesses da classe trabalhadora, tornando impotentes os efeitos do programa social e fugazes suas prescrições.

Se por um lado é inegável que nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff os trabalhadores tiveram aumentos reais de salários, por outro, também é verdade que estes ganhos não significaram perda de rentabilidade do capital e, tampouco, importaram numa redução da desigualdade social porque, efetivamente, não houve uma desconcentração da riqueza daquelas parcelas mais ricas da sociedade brasileira para aquelas mais pobres. A superexploração reproduziu-se nos meandros desse avanço inédito, portanto.

Dados de estudos realizados por Medeiros, Souza e Castro (2015) revelam que, no período de 2006 a 2012, 0,1% das pessoas mais ricas receberam aproximadamente 11% da renda total do País. Estas pessoas possuíam, à época, uma renda individual 110 vezes maior do que a renda média nacional. Nessa mesma direção, o estudo dos autores mostra que 25% da totalidade da renda nacional eram apropriados pelo 1% mais rico da população (incluindo, aqui, aquele 0,1% citado). Além disso, de acordo com o mesmo estudo, os 5% mais ricos detiveram nesse período 44% de toda a renda do País, equivalendo, portanto, a quase a

metade da renda nacional total. Nas economias centrais, por exemplo, esse mesmo 1% concentrava em período próximo ao da realização do estudo em comento, entre 10% e 15% da renda nacional daquelas economias.

Apesar de todas as críticas à política liberal dos governos petistas, movimentos sociais e sindicais e partidos políticos de esquerda tentaram se articular para fazer recuar o processo de impedimento da Presidenta, entendido, pelos seus fundamentos, como um golpe parlamentar preventivo, patrocinado pela grande mídia, pela oposição e, oportunisticamente, pelo Vice-Presidente da República que se colocou como detentor legítimo do mais alto posto político do País e defensor de um plano de governo denominado de “ponte para o futuro” que, na essência, significa mais do mesmo: ajuste fiscal, supressão de direitos dos trabalhadores e defesa dos interesses do capital.

Nesse processo, o governo que por quase 15 anos operou a desmobilização dos trabalhadores por meio de uma política de “concertação nacional”, não conseguiu – até o momento pelo menos – aglutinar forças para resistir ao avanço de um projeto que pretende:

- i. destruir a esquerda no Brasil;
- ii. obstaculizar o processo de partilha da riqueza em favor dos trabalhadores mais pobres (ainda que pouco se tenha avançado nesse sentido, como dissemos);
- iii. suprimir, desregular e flexibilizar direitos trabalhistas e sociais e, ainda,
- iv. completar o ciclo privatizante iniciado desde a década de 1990, no País.

Portanto, a luta das classes trabalhadoras exige nova intensidade, unidade e estratégias, mas as possibilidades dessa reação, ao que parece, ainda é uma incógnita. Para o Serviço Social vale a consigna que marcou a caminhada de afirmação do seu Projeto Ético-Político, para pensarmos as estratégias de luta e de organização visando ao fortalecimento do Serviço Social como sujeito político e histórico, e sua inserção mobilizadora no conjunto geral da classe trabalhadora.

Em termos do exercício profissional, cabe uma última advertência referente à apropriação desse *misterioso campo da política* para além dos personagens clássicos, um tanto óbvios, que conhecemos: os partidos, o Estado, as entidades e as outras organizações. Sabemos que nosso interlocutor mais frequente é o Estado, por meio do parlamento, por meio das instituições empregadoras, por meio dos governos municipais, estaduais e o governo nacional. Portanto, temos uma interlocução intensa com os fenômenos e interesses que o capital personifica nestes âmbitos, embora não diretamente.

Pensar a política, para além desses atores clássicos, envolve um profundo e cuidadoso debate sobre o poder em suas distintas expressões. Poder que atravessa não só a atuação concreta do trabalhador/assistente social no espaço institucional no qual está inserido, como o poder que atravessa as nossas relações e as nossas disputas no campo da esquerda, na luta e na construção da democracia nesse país. Ela está ameaçada, severamente, brutalmente, e não podemos minimizar esse processo. Não podemos acalentar o ceticismo, que é espelho do antigo relativismo próprio do pensamento conservador. Um dos seus argumentos recorrentes é que não adianta consignar em norma jurídica, *‘botar no papel’* estes compromissos, porque a prática é diferente ou na prática eles são utópicos. E há o pior, que não há teoria crítica que sustente a prática institucional.

Sabemos que os valores não são abstratos. Mas esse ceticismo no fundo despreza e desconfia de qualquer iniciativa política coletiva que se proponha a elaborar análises macrossociais e hierarquizar referências. De fato, configura-se numa resposta usual ao grande projeto do individualismo: eu sei, eu escolho, eu ajo, eu decido, mesmo que do ponto de vista profissional haja referências, deveres e obrigações coletivas, universais, democraticamente construídas e afirmadas.

Em busca da sintonia entre nosso arsenal ético-político profissional com a referência histórica, que pauta a organização da política dos trabalhadores nos países latino-americanos, temos a radicalização do

processo de disputa pelo excedente econômico, com a organização do protagonismo popular e da luta de massas.

Os parâmetros ético-políticos do serviço social reafirmam a radicalização democrática comprometida com a socialização dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida, da riqueza social material e cultural. Fecundam o compromisso irrestrito com a justiça social, que insta a luta pela eliminação de todas as formas de preconceitos, que infla o combate à discriminação, dominação e exploração de classe. Inscrevem-se num projeto político de longa duração e clara opção de classe, e, nesses anos de ruptura democrática, segue absolutamente essencial e decisivo. Que venham os próximos 80 anos, reconciliando o Serviço Social com seu radical humanismo anticapitalista.

## Referências

- BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões polêmicas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 468-492, jul./set. 2012.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 1992.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FILGUEIRAS, Luiz. Padrão de desenvolvimento, desenvolvimentismo e dependência no Brasil. **Jornal dos Economistas**, n. 290, p. 13-14, set. 2013. Rio de Janeiro: Corecon/Sindecon, 2013. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/documents/11827/13953/Setembro+-+2013+%28n%C2%BA290%29/5378069f-5807-472d-948c-cc870df66512?version=1.1>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- FRANK, Andre Gunder. Latinoamérica: subdesarrollo capitalista o revolución socialista. **Pensamiento Crítico**, Habana, n. 13, pp. 3-41 1968. Disponível em: <http://www.filosofia.org/rev/pch/1968/pdf/n13p003.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2016.
- GONÇALVES, Reinaldo. Redução da desigualdade da renda no governo Lula: análise comparativa. In: SALVADOR, Evilásio *et al* (Org.). **Financeirização, fundo público e política social**, São Paulo: Cortez, 2012.
- HILLESHEIM, Jaime. **Conciliação trabalhista: ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores na periferia do capitalismo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.
- LEHER, Roberto. Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia. In: MOTA, A. E. (Org.) **Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Coleção Pátria Grande. Florianópolis: Insular, 2012, p.73/162.
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. Ferreira de; CASTRO, F. A. de. **O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012)**. Dados [online]. 2015, v. 58, n. 1, pp. 7-36. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582015000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000100007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 5 maio 2016.
- MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação**. São Paulo: Ensaio, 1993.
- \_\_\_\_\_. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana de. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.
- PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirela; CARRARO, Dilceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da teoria marxista. **SER Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010.
- \_\_\_\_\_. Cartografia teórico-metodológica no estudo da proteção socioassistencial básica no SUAS. In: PAIVA, Beatriz (Org.) **Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração**. São Paulo: Veras, 2014.
- PFEIFER, Mariana. Bresser-Pereira e o pacto neodesenvolvimentista. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 13, n. 26, p. 11-36, jul./dez. 2013.
- SILVA, Marcos Fernandes G. da. **“Raiva de pobre”**: um brevíssimo ensaio de economia política do desenvolvimento. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/raiva-de-pobre-um-brevissimo-ensaio-de-economia-politica-do-desenvolvimento/>. Acesso em: 6 maio 2016.
- WOOD, Ellen. M. **Democracia contra o capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.

---

<sup>1</sup> Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU de 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/bolsa-familia-destaque-em-relatorio-do-pnud-no-combate-pobreza-18287507>>. Acesso em: 11 maio 2016.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2014/10/mensagens-ofensivas-contra-nordestinos-sao-postadas-em-redes-sociais/>>. Acesso em: 11 maio 2016.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2014/10/mensagens-ofensivas-contra-nordestinos-sao-postadas-em-redes-sociais/>>. Acesso em: 11 maio 2016.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://coturnonoturno.blogspot.com.br/2015/01/preco-da-comida-conta-de-luz-e-onibus.html>>. Acesso em: 11 maio 2016.

<sup>5</sup> Cf. dados disponíveis em: <<https://wikileaks.org/>>. Acesso em: 19 set. 2016.

<sup>6</sup> Ver análises importantes disponíveis em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/como-as-empresas-de-midia-montaram-a-estrategia-do-jornalismo-de-guerra-para-viabilizar-o-golpe-por-paulo-nogueira/>>. Acesso em: 19 set. 2016.

<sup>7</sup> BARRETO, Eduardo; INGLESIAS, Simone. Ao anunciar reajuste, Temer diz que Bolsa Família 'não é para durar até o resto da vida'. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 29 jun. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/ao-anunciar-reajuste-temer-diz-que-bolsa-familia-nao-para-durar-ate-resto-da-vida-19607577>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

<sup>8</sup> Cf. dados disponíveis em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/criancas-representam-metade-dos-refugiados>>. Acesso em: 18 set. 2016.

<sup>9</sup> Plano Condor foi uma aliança política entre as ditaduras militares de países sul-americanos nas décadas de 1970 e 1980 para reprimir opositores e operou no Brasil, Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Peru e Equador. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,correa-ve-novo-plano-condor-contra-esquerda-sul-americana,1845405>>. Acesso em: 18 set. 2016.

<sup>10</sup> As obras de Marilda IAMAMOTO, José Paulo NETTO, Maria Luiza de SOUZA, Maria Ozanira Silva e SILVA; Maria Lúcia MARTINELLI, Ivete SIMIONATO, Maria Lúcia BARROCO, Vicente FALEIROS, Franci GOMES, Joaquina BARATA, Marina Maciel ABREU representam uma amostra significativa dessa produção.